

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DA BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

1. Disposições Preliminares

1.1. Este Código de Ética e Conduta, aplicável no âmbito da BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. (BASIS), se destina a orientar, em matéria ética, acionistas, conselheiros, diretores, administradores e colaboradores sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à disciplina, à transparência, à clareza de posições e ao decoro, bem como regular as relações com qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sem prejuízo das disposições regulamentares, constantes de outras normas internas.

1.2. O presente Código, ainda, procura prevenir situações de conflito de interesses, assim como atos ilícitos que importem, dentre outras irregularidades, em fraudes e atos de corrupção, servindo como balizador para tomada de decisão em situações de infração a comportamento ético.

1.3. Para efeito deste Código de Ética e Conduta, o corpo funcional da BASIS é composto pelos seus órgãos estatutários, como Diretoria e Conselho Fiscal, e por colaboradores internos e externos.

1.3.1. Para fins de interpretação das disposições constantes deste Código, entende-se por colaboradores internos e externos qualquer pessoa com a qual a BASIS venha a se relacionar direta ou indiretamente, assim como, no que couber, prestadores de serviços terceirizados, pessoas físicas, jurídicas ou profissionais autônomos.

1.3.2. Os princípios, valores e compromissos expressos neste Código são de observância obrigatória por todo o corpo funcional da BASIS.

1.4. A observância deste Código constitui compromisso individual e coletivo, cabendo a todas as pessoas físicas e jurídicas que mantêm relação, de qualquer espécie, com a BASIS, colaborar com a aplicação das normas previstas neste instrumento e atuar em prol de seu cumprimento.

1.5. O Comitê de Ética e *Compliance*, designado por ato da Diretoria, é responsável para eventuais sugestões, elogios, críticas, comunicados e denúncias relacionados ao cumprimento deste Código ou de qualquer outra norma ou legislação imperativa.

1.6. A Comissão de Ética é, em última instância, a unidade responsável para fins de acompanhamento e supervisão da aplicação das normas deste Código.

1.7. Todos os colaboradores deverão firmar um Termo de Compromisso de Ciência e Aderência às normas instituídas por meio deste Código de Ética e Conduta.

1.8. As normas de integridade da BASIS serão divulgadas e os representantes de órgãos públicos com os quais esta Companhia mantenha (ou tenha mantido) relação jurídica de qualquer espécie, assim como as pessoas físicas e jurídicas com as quais a Companhia se relacione (ou tenha se relacionado) poderão, a qualquer momento, requerer informações relacionadas às regras contidas neste Código de Ética e Conduta, ficando-lhes garantido também o acesso a um exemplar desta norma.

2. Dos Princípios, Valores e Compromissos

2.1. A BASIS, como um todo, e as pessoas físicas e jurídicas que mantiverem qualquer espécie de relação com esta Companhia devem guardar observância à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, ainda, atuar conforme os seguintes princípios:

- Integridade, assim entendida a necessidade de preservação da higidez e da ética, protegendo a BASIS de riscos internos e externos, inclusive daqueles relacionados à corrupção, fraudes e outros ilícitos dessa natureza;
- Respeito à vida e à dignidade humana, sem qualquer forma de discriminação, inclusive no que se refere à diferença de gênero, orientação sexual, etnia, religião, cultura, convicção ideológica, dentre outras;
- Cooperação mútua, objetivando sempre o atendimento mais satisfatório à missão institucional;
- Busca à inovação, excelência e mérito como fatores preponderantes do desempenho de atuação;
- Respeito, contemplando a cortesia, o diálogo, a imparcialidade, a

diversidade, e a honestidade;

- Transparência da informação em relação à sociedade civil, respeitada eventual obrigação de sigilo;
- Meritocracia e cumprimento de metas como fatores orientadores das políticas de pessoal;
- Ética, como o valor fundamental das relações humanas;
- Profissionalismo, consistente na manutenção de postura e compromisso profissional, para assegurar a persecução do bem comum, por meio de atuação imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e com qualidade.

3. Da Conduta Profissional

3.1. Com fundamento nos princípios apresentados neste Código de Ética e Conduta, os integrantes do corpo funcional da BASIS comprometem-se, dentre outras condutas correlatas, a:

- a) Desempenhar, a tempo e com eficiência, as atribuições de suas respectivas funções, sobretudo zelando permanentemente por providências que sejam essenciais à salvaguarda da missão institucional da BASIS e à qualidade de suas entregas;
- b) Buscar o aperfeiçoamento contínuo;
- c) Dedicar suas horas de trabalho aos interesses da BASIS, abstendo-se de realizar atividades de interesse particular quando em serviço;
- d) Contribuir para a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito;
- e) Realizar atividades particulares em caráter estritamente pessoal e de forma desvinculada do nome ou imagem da BASIS;
- f) Resolver prioritariamente situações que possam caracterizar-se como procrastinatórias, objetivando evitar atrasos que possam ocasionar danos a terceiros ou à própria BASIS;
- g) Não retardar qualquer ato de prestação de contas, inclusive no que diz respeito à gestão dos bens;
- h) Tratar respeitosamente agentes internos e externos, de qualquer natureza, aperfeiçoando o processo de comunicação e o contato interpessoal;
- i) Adotar práticas ambientais sustentáveis;

- j) Respeitar a hierarquia, observando, em qualquer hipótese, as normas morais, legais e éticas;
- k) Denunciar infringência a princípio ou norma ético-profissional de que tome conhecimento;

3.2. Todos os integrantes do corpo funcional da BASIS devem auxiliar na consecução da missão institucional e na propagação dos valores da Companhia, dentro de uma perspectiva de sustentação de longo prazo, devendo, dentre outras condutas correlatas, abster-se de:

- a) Usar de suas atribuições para obter, para si ou para outrem, qualquer espécie de favorecimento pessoal direto ou indireto;
- b) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;
- c) Impor dogmas de cunho religioso quando no exercício de suas atribuições;
- d) Pleitear, solicitar, provocar, sugerir, aceitar ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, no cumprimento de suas atribuições ou para influenciar colaborador da BASIS ou agente externo;
- e) Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências, bem como suprimi-los;
- f) Atribuir a integrante do corpo funcional da BASIS ou a seus colaboradores internos ou externos atividade estranha aos interesses da Companhia ou da respectiva função;
- g) Iniciar uma atividade ou projeto com inobservância a diretrizes a serem seguidas ou aprovações necessárias para o processo.

4. Da Prevenção à Fraude e à Corrupção

4.1. Os integrantes do corpo funcional da BASIS têm por obrigação zelar pelo cumprimento integral e pela não violação da legislação brasileira com possível incidência em suas atividades, especialmente aquela relacionada à improbidade administrativa, fraude, corrupção, conflito de interesse, proteção ao meio ambiente, propriedade intelectual, respeito à diversidade, assédio moral e sexual, direitos humanos e proteção geral de dados.

4.1.1. Fraude, para fins deste Código de Ética e Conduta, é qualquer ação ou omissão intencional, com o objetivo de lesar ou ludibriar qualquer pessoa, capaz de resultar em perda para a vítima e/ou obtenção de vantagem indevida, patrimonial ou não, para o autor ou terceiros, assim como pela declaração falsa ou omissão de circunstâncias materiais com o intuito de levar ou induzir terceiros a erro.

4.1.2. Corrupção, para fins de aplicação deste Código de Ética e Conduta, é qualquer ação, direta ou indireta, consistente em autorização, oferecimento, promessa, solicitação, aceitação, entrega ou recebimento de vantagem indevida, de natureza econômica ou não, envolvendo pessoas físicas ou jurídicas, agentes públicos ou privados, com o objetivo de que se pratique ou deixe de praticar determinado ato.

4.2. A BASIS reitera que repudia toda e qualquer forma de fraude e corrupção, nos setores público e privado, e faz uso de todos os meios possíveis para prevenir referidas condutas.

5. Proteção da Imagem e da Reputação

5.1. A BASIS zela pela preservação de sua imagem e reputação, orientadas pela ética, profissionalismo e excelência na prestação de serviços e, para tanto, os colaboradores, em sua atividade profissional ou em ocasiões sociais, deverão portar-se em consonância com os mais elevados padrões éticos, não adotando posturas ou atitudes que possam comprometer a imagem, a reputação e os interesses da Companhia, de agentes externos e/ou de seus clientes.

6. Propriedade Intelectual e Confidencialidade

6.1. Todos os colaboradores da BASIS devem respeitar e honrar os direitos de propriedade intelectual desta Companhia e de terceiros, conforme a legislação que disciplina a proteção ao direito autoral.

6.2. Por força da regra estabelecida, não é permitido reproduzir, distribuir ou alterar materiais da BASIS e de terceiros, exceto mediante autorização prévia.

6.3. É vedado aos colaboradores que se desvinculem da BASIS copiar, gravar, fotografar ou reproduzir, sob qualquer forma ou meio, quaisquer arquivos e/ou documentos, eletrônicos ou não, sem prévia e expressa autorização.

7. Informações Privilegiadas

7.1. É vedado a integrantes do corpo funcional da BASIS fazer uso de informação privilegiada, obtida no exercício de suas funções, em benefício próprio, desta Companhia ou de terceiros, na realização de negócios de qualquer natureza.

7.1.1. São definidas como informações privilegiadas aquelas que dizem respeito a assuntos sigilosos ou as que sejam relevantes ao processo de decisão, que tenham repercussão econômica ou financeira e que não sejam de amplo conhecimento público.

8. Do Conflito de Interesses

8.1. Os integrantes do corpo funcional da BASIS comprometem-se a não desempenhar atividades que possam suscitar conflitos de interesses.

8.2. Para os fins deste Código, entende-se por conflito de interesse qualquer situação de colidência entre interesses particulares e os interesses da BASIS, assim como qualquer situação que possa influenciar, de maneira imprópria, no desempenho de suas atribuições, integrante do corpo funcional, independente de lesão potencial ao patrimônio.

8.3. A BASIS observa o disposto na Lei n. 12.813/2013, evitando, nos termos da referida Lei, a colisão entre interesses públicos e particulares.

9. Relacionamento com Agentes Públicos

9.1. A BASIS proíbe, em qualquer circunstância, que integrante do seu corpo funcional (abrangidos os seus colaboradores a qualquer título, acionistas ou membro de seus órgãos estatutários), ofereça, prometa, autorize, entregue ou pague qualquer valor a agente público ou terceira pessoa a ele relacionada, com a intenção de induzir o receptor a abusar de sua posição; de obter vantagens indevidas; de influenciar ilegalmente a tomada de decisões ou a aprovação,

edição, alteração ou revogação de atos normativos; ou, ainda, de agilizar irregularmente serviços de rotina.

9.2. Entende-se por agente público, para fins deste Código, qualquer pessoa que exerça função pública, ainda que temporária, compreendendo, dentre outros, autoridades governamentais ou judiciais, parlamentares, servidores públicos, empregados de empresas estatais e terceiros em colaboração com a Administração Pública.

9.3. A BASIS adotará uma política específica sobre o relacionamento com agentes públicos.

10. Relacionamento com Clientes e Agentes Externos

10.1. Todos os integrantes do corpo funcional da BASIS devem atender e tratar os agentes internos e externos com ética, urbanidade, profissionalismo, qualidade técnica, celeridade e precisão.

10.2. É dever dos colaboradores comunicar ao superior hierárquico e/ou ao Comitê de Ética e *Compliance*, diretamente, a ocorrência de condutas ou comportamentos inadequados ou contrários às diretrizes deste Código.

10.3. Os contratos, convênios ou outros instrumentos que vinculem a BASIS conterão cláusula anticorrupção, que contemplará, dentre outras obrigações, o dever de observância ao presente Código, exceto quando houver modelo específico a ser observado para o ato.

10.4. Sem caracterizar prática discriminatória, a BASIS se reserva o direito de encerrar qualquer relação sempre que os interesses institucionais não estiverem sendo atendidos ou quando o relacionamento representar risco.

11. Relacionamento com Fornecedores

11.1. A BASIS adota práticas legais e éticas na seleção e negociação com fornecedores, prestadores de serviços e parceiros, sem privilégios, favorecimentos ou discriminação de qualquer natureza.

11.2. São vedadas quaisquer contratações ou celebração de parcerias de qualquer natureza com quem tenha reputação duvidosa e/ou não esteja de acordo com

princípios éticos compatíveis com os referidos neste Código e outras normas internas de natureza complementar.

11.3. Para assegurar a observância desta diretriz, será realizada *due diligence* de integridade nos principais fornecedores e parceiros.

11.4. Nenhum colaborador poderá receber quaisquer valores ou vantagens de fornecedores, prestadores de serviços ou parceiros.

11.5. Todos os fornecedores, prestadores de serviço e parceiros devem ser informados e orientados em relação ao presente Código e normas complementares.

12. Do Exercício Concomitante de outras Atividades

12.1. Os integrantes do corpo funcional da BASIS (acionistas, conselheiros, administradores, empregados e colaboradores com vínculo empregatício) poderão desempenhar outras atividades de forma simultânea com as respectivas funções, de forma remunerada ou gratuita, de natureza permanente ou eventual, com ou sem contrato de trabalho, desde que não estejam sujeitos a regime de dedicação exclusiva e haja compatibilidade entre as respectivas jornadas, observada, ainda, a legislação especial a que eventualmente estiverem sujeitos.

12.2. Ficam vedadas atividades paralelas que gerem descrédito à reputação da BASIS.

12.3. O disposto neste capítulo também se aplica, no que couber, aos empregados no gozo de licença ou em período de afastamento.

13. Do Recebimento e Doação de Presentes e Brindes

13.1. O integrante do corpo funcional da BASIS não deve ofertar e nem aceitar presentes, pagamento por refeições, transporte, hospedagem, serviços, diversões ou quaisquer favores de caráter pessoal, salvo em situações protocolares, regulamentadas de acordo com as disposições deste Código e de normas complementares.

13.2. São permitidas a oferta e a aceitação de brindes, sem valor comercial ou distribuídos em caráter geral, a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas.

13.3. A BASIS adotará uma política específica sobre essa matéria.

14. Da Utilização de Recursos Materiais

14.1. Os integrantes do corpo funcional da BASIS devem abster-se de utilizar, para fins estranhos às suas atividades de interesse institucional, equipamentos, bens e recursos da Companhia.

14.2. O integrante do corpo funcional poderá utilizar recursos e meios eletrônicos da BASIS, como conta de e-mail ou internet, para fins pessoais, desde que não contrarie normas e diretrizes internas ou prejudique o andamento do trabalho.

14.3. Todos os colaboradores que utilizarem a rede corporativa e os meios digitais, no exercício das atividades profissionais ou em decorrência delas, devem comunicar-se com linguagem adequada e pautar-se pelos princípios éticos, políticas e demais normativos internos.

14.4. A BASIS proíbe que qualquer colaborador obtenha, armazene, utilize ou repasse, para fins estranhos ao trabalho, materiais, informações internas e/ou dados sigilosos, a não ser quando expressamente autorizado.

14.5. São expressamente vedados a obtenção, o armazenamento, a utilização ou a divulgação de material que tenha conteúdo pornográfico, de exploração sexual de crianças, racista, homofóbico, sexista, ou contrário à diversidade e liberdade religiosa.

15. Da Contratação de Ex-Funcionários

15.1. Pode haver a contratação de ex-colaborador, desde que seja respeitado o prazo mínimo estabelecido na legislação trabalhista ou em normas complementares, desde a data do desligamento e desde que seu desligamento não tenha ferido este Código de Conduta.

15.2. Antes da recontração, são necessárias a realização de consulta formal

junto ao último gestor (quando isto for possível) e a solicitação junto à área de gestão de pessoas dos registros formais de avaliação de desempenho e/ou histórico de desligamento do ex-colaborador.

15.3. É permitida a contratação de colaborador com parceiro institucional da BASIS, desde que previamente ajustada essa situação.

16. Da Prestação de Contas

16.1. Todos os integrantes do corpo funcional da BASIS são responsáveis pela exatidão e veracidade das informações registradas nos sistemas e controles internos, inclusive para fins de prestação de contas.

16.2. As viagens, deslocamentos, refeições e outras despesas necessárias para o desempenho de suas atividades profissionais devem ser condizentes com a necessidade institucional.

17. Meio Ambiente

17.1. A BASIS, no exercício diário de suas atividades, adota práticas que refletem seu compromisso com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável.

17.2. Objetivando contribuir para o desenvolvimento ecologicamente sustentável, todos os integrantes do corpo funcional da BASIS devem, sempre que possível, empreender ações que reduzam os impactos ambientais e pautar suas condutas em conformidade com as leis e demais normas aplicáveis à proteção ambiental.

18. Respeito à Diversidade e à Igualdade

18.1. Todos os integrantes do corpo funcional da BASIS devem respeitar a diversidade humana e cultural no ambiente e nas relações de trabalho, assim como repudiar toda e qualquer forma de preconceito ou discriminação.

18.2. Considera-se diversidade, no ambiente e nas relações de trabalho, as características sociais e culturais de um conjunto de pessoas, cujas diferenças devem ser reconhecidas e respeitadas, sem distinção alguma em razão de gênero, orientação sexual, raça, religião, posição social, cultura, nacionalidade ou

convicção política.

18.3. Considera-se preconceito tratar indivíduo ou grupos de indivíduos segundo ideias pré-concebidas que lhes atribuem qualidades negativas.

18.4. Considera-se discriminação situações e circunstâncias que configurem distinções entre indivíduos, comprometendo a igualdade de tratamento, favorecendo a exclusão e degradando a dignidade e direitos individuais ou coletivos.

18.5. Quaisquer casos vivenciados ou testemunhados de preconceito ou discriminação devem ser comunicados ao Comitê de Ética e *Compliance*.

19. Proibição ao Assédio Moral e Sexual

19.1. Caracteriza-se como assédio moral o fato de alguém humilhar, desrespeitar ou constranger um subordinado ou colega de trabalho.

19.1.1. Caracteriza-se como assédio sexual o fato de alguém pretender ou obter vantagem ou favor sexual com promessa de tratamento diferenciado em caso de aceitação e/ou sob ameaças ou atitudes concretas de represália no caso de recusa.

19.2. A BASIS está comprometida em promover um ambiente livre de qualquer tipo de assédio, devendo estar orientados os integrantes do seu corpo funcional e os membros dos seus órgãos estatutários acerca da maneira que devem reagir a possíveis assédios.

20. Gestão de Risco

20.1. A BASIS deve criar mecanismos eficientes de gestão de risco, permanentemente aperfeiçoados para uniformizar o conhecimento quanto ao dever de observância aos aspectos legais e operacionais, servindo o monitoramento contínuo de instrumento para a tomada de decisões assertivas, sob tratamento adequado dos processos organizacionais, aumentando os mecanismos de controles internos.

20.2. Os riscos de mercado e de crédito devem ser permanentemente avaliados,

considerando critérios como a alocação de seus ativos financeiros, por emissor e tipo de aplicação; a capacidade de pagamento das obrigações a partir do seu fluxo de caixa; fatores e causas de inadimplência; e o cenário econômico em geral a partir de principais variáveis macroeconômicas.

20.3. Na sua atuação, os riscos legais e operacionais devem ser também considerados, seguindo-se os diplomas e instrumentos jurídicos que regulam a atuação da BASIS, enquanto entidade privada e nas relações com entidades apoiadas, de caráter público ou privado.

20.4. As normas e práticas de contabilidade da BASIS devem ser rigorosamente observadas para a geração de registros e relatórios consistentes e transparentes.

20.5. Todos os pagamentos e os compromissos assumidos devem estar autorizados pelo nível hierárquico competente e respaldados por documentação legal.

21. Seleção e Contratação de Empregados

21.1. A contratação de novos empregados pela BASIS será realizada mediante processo seletivo público e transparente, com regras e critérios claros e previamente divulgados.

21.2. As contratações na BASIS deverão privilegiar, em geral, a aptidão técnica e o atendimento às condições que sejam legalmente exigidas.

21.3. A BASIS não proíbe o relacionamento afetivo entre colaboradores, desde que não haja qualquer nível de subordinação hierárquica ou influência de decisão de gestão e processos entre eles.

22. Do Canal de Comunicação e Denúncia

22.1. O integrante do corpo funcional da BASIS ou terceira pessoa que tiver conhecimento de violação de qualquer aspecto das leis vigentes, das normas internas ou das condutas previstas neste Código não pode se omitir e deve comunicar o referido fato diretamente ao Comitê de Ética e *Compliance*, utilizando-se de canal de denúncias, assegurado o anonimato e a proteção contra retaliação ou perseguições.

22.2. Não será tolerada qualquer forma de constrangimento, pressão, discriminação ou tratamento hostil contra o integrante do corpo funcional da BASIS ou membro de seus órgãos estatutários que, de boa-fé, denuncie uma conduta ilegal ou contrária às diretrizes estabelecidas neste Código.

22.3. Além das denúncias, os integrantes do corpo funcional da BASIS podem oferecer sugestões, críticas, elogios e pedidos de esclarecimentos relativos a questões éticas ou à aplicação deste Código.

23. Das Medidas Educativas por Violação Ética

23.1. O descumprimento das regras expressas neste Código poderá acarretar aos integrantes do corpo funcional, após o devido procedimento de apuração de indícios de infração ética, a aplicação das seguintes medidas educativas:

- I – Orientação verbal;
- II – Advertência escrita;
- III – Suspensão do contrato de trabalho, com prejuízo de remuneração;
- IV – Dispensa sem justa causa;
- V - Dispensa por justa causa;
- VI – Rescisão dos contratos especiais.

23.2. A critério do Comitê de Ética e Compliance, a aplicação das medidas educativas previstas nos incisos III a VI deste artigo poderá ser substituída pela assinatura de termo de compromisso, quando o tipo de conduta assim aconselhar.

23.3. Na aplicação das medidas educativas, deverá, sempre que possível, haver distinção entre a prática de atos dolosos e atos culposos, bem como se realizar uma análise da extensão da conduta aética, para fins de adequação da reprimenda.

23.4. A reparação do dano deverá ser considerada para fins de dosimetria da medida educativa.

24. Da Gestão da Ética

24.1. A Gestão da Ética é realizada pelo Comitê de Ética e *Compliance*.

24.2. As atribuições de Comitê de Ética e *Compliance* são realizadas por

colaborador habilitado, indicado por ato da Diretoria, cabendo-lhe garantir que todos os procedimentos realizados estejam de acordo com as leis, com as disposições deste Código e com as normas complementares.

24.2.1. O Comitê de Ética e *Compliance* deve assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, o fortalecimento e o funcionamento adequado dos sistemas de controles internos, procurando mitigar riscos e prevenir irregularidades, de acordo com a complexidade do negócio.

24.2.2. O Comitê de Ética e *Compliance* poderá cumular esta atribuição com outras funções dentro da BASIS.

24.3. O Comitê de Ética e *Compliance* é composto por 03 (três) profissionais escolhidos pela Diretoria para mandatos de 04 anos, renováveis por iguais períodos consecutivos.

24.4. Compete ao Comitê de Ética e *Compliance*, precipuamente, apreciar eventuais violações a este Código, decidindo pela imposição das medidas disciplinares cabíveis ou pelo arquivamento do caso, podendo atuar de ofício ou a partir de provocação.

24.5. O Comitê aprovará seu Regimento Interno, no qual estarão previstas suas competências e regras de funcionamento, assim como as atribuições do responsável pela área de Comitê de Ética e *Compliance*, que, atuará como secretário executivo do colegiado, caso a área seja instituída.

25. Das Disposições Finais

25.1. As situações omissas ou excepcionais deverão ser submetidas à apreciação do Comitê de Ética e *Compliance*.

25.2. Constará dos contratos de trabalho de empregados e dos contratos especiais de qualquer outra natureza cláusula de obrigatoriedade do acatamento e da observância das regras estabelecidas por este Código.

25.3. Os dirigentes com mandato estatutário, no momento da posse, deverão assinar termo específico informando terem ciência das regras estabelecidas neste Código.

25.4. A BASIS promoverá encontros periódicos sobre ética e dará ampla divulgação às prescrições constantes deste Código.

25.5. A área responsável pela gestão de pessoas atuará na orientação sobre a ética, quando do ingresso de empregados, novos membros ou na contratação de pessoas físicas e jurídicas que eventualmente tenham ou venham a ter relações com a BASIS.

25.6. A BASIS deverá conferir publicidade a este Código em seu sítio eletrônico, disponibilizando consulta de seu inteiro teor a toda a sociedade e fazendo referência a este instrumento em contratos, convênios ou ajustes de qualquer natureza que vier a celebrar.

25.7. Este Código deverá ser revisto e atualizado quando o Comitê de Ética e Compliance entender necessário, de ofício ou por proposta de qualquer acionista, diretor ou conselheiro da BASIS.

25.8. Todos os colaboradores, ao tomarem conhecimento deste Código e suas disposições, devem, posteriormente, firmar Termo de Compromisso.

25.8.1. Ao firmar o Termo de Compromisso, cada colaborador se compromete a zelar pela aplicação integral das normas e princípios contidos neste Código.

25.8.2. Os Termos de Compromisso, uma vez firmados, têm prazo de validade indeterminado, devendo ser novamente firmados quando houver alteração substancial quando da sua atualização.